

A DITADURA MILITAR E O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI), E A VIGILÂNCIA DE UM SINDICALISTA, PADRES E BISPO PROGRESSISTAS EM UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA, MOJU/PA: 1970 E 1980

THE MILITARY DICTATORSHIP AND THE NATIONAL INFORMATION SERVICE (SNI), AND THE SURVEILLANCE OF A UNION LEADER, PROGRESSIVE PRIESTS, AND A BISHOP IN A MUNICIPALITY OF THE AMAZON, MOJU/PA: 1970S AND 1980S



Elias Diniz Sacramento¹

Resumo

Este artigo procura mostrar como a Ditadura Militar, através do Serviço Nacional de Informação (SNI), vigiou lideranças religiosas, bispo, padres e um sindicalista em um município da Amazônia, mais precisamente no estado do Pará, Moju, pertencente a então chamada região Guajarina, na primeira metade da década de 1980. Tem como objetivo, trazer uma reflexão acerca dos processos de avanços da agroindústria nesta área, incentivados pelos projetos desenvolvimentistas dos governos militares (1964-1985), que desencadearam uma série de conflitos pela terra com 'investidores' de outros estados brasileiros e famílias que viviam neste espaço há décadas, fazendo com que 'surgisse' a figura de uma liderança sindical em Moju, padres e o bispo da diocese de Abaetetuba, que fizeram a defesa destas pessoas ameaçadas de perderem suas terras, e por isso foram vigiadas pelo Serviço Nacional de informação (SNI).

Palavras-chave: Ditadura militar; Serviço Nacional de Informação; Clero Progressista; Sindicalistas.

Abstract

This article seeks to show how the Military Dictatorship, through the National Information Service (SNI), monitored religious leaders, bishop, priests and a trade unionist in a municipality in the Amazon, more precisely in the state of Pará, Moju, belonging to what was then called the Guajarina region., in the first half of the 1980s. Its objective is to bring a reflection on the processes of advances in agroindustry in this area, encouraged by the developmental projects of military governments (1964-1985), which triggered a series of conflicts over land with 'investors' from other Brazilian states and families who had lived in this space for

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (2020), Mestre em História pela Universidade Federal do Pará (2007) e graduado em História pela Universidade Federal do Pará (2003). É professor Associado I da Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará. E-mail: edsacramento5@yahoo.com.br



decades, causing the figure of a union leadership to 'emerge' in Moju, priests and the bishop from the diocese of Abaetetuba, who defended these people threatened with losing their land, and for this reason they were monitored by the National Information Service (SNI).

Keywords: Military dictatorship; National Information Service; Progressive Clergy; Unionists.

Introdução

Em março de 2023 a Comissão Estadual da Verdade do Pará lançou o Relatório Paulo Fonteles Filho (2022)², uma coletânea dividida em três partes. Chamados de Tomo, I, II e III, foi o resultado de um árduo trabalho que se iniciou no dia 01 de setembro de 2014 em uma cerimônia realizada no Espaço São José Liberto e contou com a presença do então governador do Estado do Pará naquela ocasião, Simão Jatene. Sob a presidência desta comissão, ficou o renomado advogado Egídio Salles³, bem como Paulo Fonteles Filho⁴, filho do ex-deputado estadual Paulo Fonteles e o também advogado Marco Apolo⁵.

No percurso da organização do relatório final, em 2017 Paulo Fonteles Filho, um dos mais empenhados pela construção da coletânea, 'Paulinho', como era conhecido, faleceu vítima de problemas de saúde, acarretando em dificuldades para se concretizar a finalização da obra. Em 2020, no auge da pandemia, Egídio Sales, presidente da Comissão Estadual da Verdade do Pará, não resistiu a Covid-19, e acabou se tornando uma das milhares de vítimas, vindo a falecer e deixando o trabalho com várias interrogações. Mais ainda assim, houve um resultado, apresentado em três tomos.⁶

Outra parte importante do relatório foi a apresentação sobre a violação dos Direitos Humanos dos Camponeses, entre eles, os relacionados as organizações

² ANJOS, Anjelina. **Comissão Estadual da Verdade do Pará**. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, 2022.

³ Era ex-professor da Universidade Federal do Pará e advogado.

⁴ Era ativista, escritor e membro da Comissão da Verdade do Pará.

⁵ Membro da Sociedade Paraense de Direitos Humanos.

⁶ Os três Tomos, I, II, e III, o volume alcançou a marca de aproximadamente 1.453 páginas. Depoimentos, como do ex-governador do Estado do Pará Aurélio do Carmo, que esta comissão conseguiu entrevistar bem como tantos outros personagens que viveram o golpe de 1964, foram catalogados e apresentados. Políticos como o ex-governador, vice-governador, prefeitos, parlamentares das mais diversas esferas que tiveram seus direitos cassados, profissionais liberais, professores e estudantes da Universidade Federal do Pará e de outras instituições, fizeram parte deste importante documento.



vigentes na época, como Liga Camponesa, mais também daquilo que se convencionou chamar da Guerrilha do Araguaia, quando os militares iniciaram a perseguição aos chamados ‘Comunistas’ no Sul do Pará, incluindo os moradores da região, não poupando torturas e outras formas de violências. Na transição da década de 1970 para 1980, já com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em atividades, aqueles que possuíam uma direção comprometida com a classe trabalhadora do campo, também viveram as ‘espionagens’ com o processo de observação.

Entre os diversos artigos apresentados no Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Pará, houve um que fez parte da publicação da revista Moara, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, da edição nº 44 de julho a dezembro de 2015, se refere ao município de Moju, onde se apresenta alguns dos aspectos relacionados aos casos de violações de direitos humanos ocorridos naquele espaço, onde na transição do regime ditatorial brasileiro, diversos projetos agroindustriais se instalaram, causando grandes distúrbios, levando a situações de conflitos, culminando com despejo de famílias, prisões, mortes de políticos e assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais, além de tentativas de homicídios contra membros do clero progressista.⁷

O artigo versa sobre sujeitos que viveram a experiência da luta pela terra na região chamada Guajarina, mais sobretudo em Moju, onde já foram desenvolvidas diversas descrições em trabalhos acadêmicos como, artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos por diversos autores. No entanto, tem-se como objetivo aqui, procurar mostrar como a Ditadura Militar vigiou estes membros destas instituições, e quais eram suas finalidades para com isso.

É neste sentido que para a construção deste artigo, foi necessário recorrer aos arquivos mais diversos, como da Comissão Pastoral da Terra em Belém do Pará, a família do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento e ao Arquivo Nacional,

⁷ SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. In: Anjelina Anjos; Ismael Machado; Marcelo Zelic; Marco Apolo Santana Leão. (Org.). **Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: Relatório Paulo Fonteles**. 1ed. Belém: IOEPA, 2022, v. I, p. 282-305.



através do site do SIAN.⁸ É claro que, dado os levantamentos, fica visível que a intenção dos militares era de manter o controle sobre toda uma sociedade, principalmente aos que iam de encontro aos seus ideais, neste caso, o sindicalista e religiosos, com o grande intuito de manter o controle.

Com base no resultado das pesquisas apresentadas, temos na escrita do texto, o papel desempenhado pelos governantes do período militar (1964 e 1985), a vigilância dos considerados ‘subversivos’, ‘comunistas’. Porém, isto não foi motivo para desânimo dos que resolveram fazer o enfrentamento ao projeto apresentado para Amazônia, estado do Pará e principalmente o município mojuense. Houve sim o monitoramento, mais houve também a resistência, sobretudo na luta e defesa dos que mais precisaram.

A ditadura Militar no Pará: alguns apontamentos

Na metade do século XX, trabalhadores do campo que eram a maioria da população do Brasil, procuraram buscar formas de se organizar para cobrar melhorias e direitos. Entre esses direitos questionados estavam a reforma agrária, com a distribuição de terras e a igualdade do salário mínimo para que fosse estendido aos camponeses também, uma vez que esse direito já era garantido aos trabalhadores das cidades.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada em 1954, tinha por finalidade dar o suporte que a classe camponesa necessitava, uma vez que faltava uma entidade representativa. A ULTAB foi fundada pelos trabalhadores agrícolas e tinha como o objetivo a luta pela melhoria da condição de vida do trabalho nas áreas rurais. Era ligada ao Partido Comunista brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, acabou desaparecendo. De acordo como Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas,

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ele foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos de 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos

⁸ Sistema de Informações de Arquivo.

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação da nova entidade⁹.

Gutemberg Armando Diniz Guerra, nos fala que da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), que para sua efetivação contou com as associações de lavradores já existentes desde os anos de 1950 e por isso estavam muito mais concentradas na zona bragantina, na região nordeste paraense. No estado do Pará, o Partido Comunista do Brasil (PCB) também mantinha influência na organização social junto aos camponeses. Nesse período da metade do século XX a questão agrária era tema de grandes debates, como veremos a seguir,

No momento em que surgiu a ULTAP, a reforma agrária ocupava espaço importante no debate nacional. A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com o apoio oficial. A prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência a Previdência Social (SAPS). Nessa Conferência, realizada no centro de Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açú, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure. Ali se podia identificar a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpriram papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade e morreu em decorrência dos maus-tratos recebidos na prisão após o golpe de 64¹⁰.

A morte do líder da ULTAP é considerada mais política do que por questões envolvendo disputa por terra como ocorreu no município de Moju no ano de 1965, quando se deu o assassinato de Pedro Gomes da Silva, um lavrador da comunidade de Junirateua. A história desse lavrador está no relatório da “Comissão Camponesa da Verdade”. Um homem conhecido por “Miguel” tentou

⁹ www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12 nov. 2019.

¹⁰ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.



se apossar das terras do senhor Pedro Gomes. O lavrador compareceu a um local onde estava um agrimensor conhecido por Hoyos Bentes, a polícia e o próprio Miguel, quando na posse de documentos, mostrou para o agrimensor. Este fez um sinal com as mãos para os que estavam a sua proximidade, de onde se ouviu um disparo e o pobre lavrador foi atingido a altura das costas no lado esquerdo.

Já no relatório “Assassinatos no campo: 1964-1985” há o seguinte relato,

Pedro procurou ajuda, mesmo ferido, junto ao delegado de Moju, quando foi jogado ao solo e morto por um fuzil empunhado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira. Após a morte do lavrador, travou-se combate entre os filhos deste (Abílio, Clemente e Sebastião) ajudados por Oscar, Sandoval, Roberto e outros com os assassinos de Pedro. No final, o delegado José Francisco dos Santos foi morto¹¹.

Essa morte, a do lavrador mojuense, seria uma das primeiras relacionadas a questão de terras no período da ditadura militar. Nos anos seguintes, o campo paraense viveria dias terríveis de conflitos, envolvendo então outros agentes que começariam a se fazer presentes, principalmente a categoria dos pistoleiros, homens que praticavam seus serviços para fazendeiros com a missão de “limpar as áreas”, como de certa forma aconteceu em Moju, embora ali, tenha sido a força estatal ainda servindo aos ditames de pessoas interessadas em se apropriar das terras de simples colonos.

Charles Wood e Marianne Schminck no livro,¹² em um trabalho resultado de uma pesquisa na região amazônica desde 1976 quando adentraram a região do sul do Pará, nos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Xinguara, no momento que esse espaço experimentava grandes transformações advindas principalmente pela abertura de várias estradas e onde se iniciavam grandes conflitos pela posse da terra, ocasionada sobretudo pela implantação dos projetos dos militares. O primeiro lançamento do livro se deu em 1992 e foi publicado em inglês. Uma das abordagens que fizeram pelo sul do Pará foi sobre a guerrilha do Araguaia.

Para os autores, a vinda de 69 membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) se deu com a chegada de outros migrantes que também haviam partido para esse espaço. A maioria dos jovens intitulados de guerrilheiros, eram em sua

¹¹ Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987: p. 31.

¹² SCHMINCK, Marianne & WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**; [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. UFPA, 2012.

maioria profissionais urbanos que estavam naquele momento fugindo da repressão que ocorria principalmente no sul e sudeste do Brasil. Tornaram-se bem quistos, pois ajudavam nas então comunidades de São Geraldo do Araguaia, Itaipavas, São João do Araguaia, Palestina, Xambioá entre outras com os serviços de médicos e aulas de alfabetização.

Os irmãos Pedro Fonteles e Paulo Fonteles Filho, filhos do deputado Paulo Fonteles, também se aventurariam em escrever trabalhos, resultando em publicações acerca do tema. Pedro Fonteles, primeiro, junto com Laércio Braga no trabalho de conclusão, fizeram o lançamento de um livro sobre a Guerrilha do Araguaia, mostrando que a população da região do Araguaia viveu e apoiou em grande medida o movimento guerrilheiro. Ali, através de suas anotações e observações apresentadas na obra, mais de “300 colonos da região foram torturados e muitos outros foram mortos”¹³.

Paulo Fonteles Filho, em uma obra sobre as ‘memórias do Araguaia’, nos mostra histórias que não poderiam ser jamais esquecidas. Dentre diversos fatos narrados por vários memorialistas, nos traz as lembranças da luta camponesa nesse espaço, decorrente do período em que os ‘paulistas’ viveram nas matas e fizeram ‘amizades’ com os colonos. Falando sobre ‘A primeira caravana do Araguaia’ ocorrida em 1980, onde estava à frente o advogado Paulo Fonteles, que foi um dos que ajudou na organização da comitiva para que fosse até os camponeses que tinham vivido, participado, torturados e desaparecidos pelos militares.

A missão da caravana era de ouvir as vítimas que haviam ficado ali depois do fim da guerrilha. Paulo Fonteles, o advogado que já conhecia a região desde 1978 por conta do trabalho junto à Comissão Pastoral da Terra vivendo na cidade de Conceição de Araguaia, mas atuando em toda a região como São Geraldo do Araguaia, pois nesse tempo, essas localidades como Xinguara, Rio Maria e o próprio São Geraldo do Araguaia eram vilarejos, mas pertenciam ao município de Conceição do Araguaia. Então Paulo Fonteles já tinha um bom conhecimento sobre os acontecimentos que ali ocorreram. Chamado de ‘advogado do mato’, por

¹³ BRAGA, Laércio & FONTELES, Pedro. **Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975)**. Belém, Cromos: 2011.



alcunha de percorrer os sertões da Amazônia, Paulo Fonteles Filho assim o descreve,

Advogado maduro com atuação no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e já com certa experiência entre os moradores do sul do Pará, Paulo Fonteles é designado em 24 de outubro pelo Conselho Seccional da OAB-PA, para acompanhar os caravaneiros que chegavam de diversos pontos do país. Aquele ano de 1980 foi particularmente duro para o ‘advogado-domato’, como era conhecido Fonteles entre as massas camponesas dos sertões do Araguaia¹⁴.

A questão posta era de que os anos em que os militares estiveram na região e fizeram as campanhas de ataques contra os guerrilheiros, os camponeses também sofreram diversas perseguições. Com isso havia ficado então um saldo de profunda dor e sofrimento com sequelas físicas e emocionais em muitos moradores da região, sem contar os processos de tentativas de expulsão que vieram em seguida por conta da abertura para o capital econômico nacional e internacional se instalar nessas localidades. Embora a Caravana tivesse um papel de ir ver a situação dos familiares do Araguaia, também se tinha a oportunidade para mostrar como já estava o quadro do sul do Pará nesse momento de transição da década de 1970 e início da década de 1980. Vejamos mais uma vez a observação de Paulo Fonteles Filho,

Em 1980, ano da Primeira Caravana do Araguaia, foram registrados 56 conflitos pela posse da terra apenas na região do Araguaia e adjacências onde ocorreu a Guerrilha. Tais conflitos produziram 30 mortos entre camponeses, pistoleiros e grandes latifundiários com amplo apoio da ditadura militar, como Fernando Leitão Diniz e Elias Uliana. Vale ressaltar que a grande maioria dos mortos era de pistoleiros que atuavam a soldo dos grandes empreendimentos agropecuários que ensejavam retirar os lavradores de suas posses, o que representava uma ofensiva do movimento social camponês naquela imensa região¹⁵.

Como é possível perceber, o limiar da década de 1980, trazia a herança da década anterior, marcada pela memória de uma guerra que teve um vencedor, a força brutal do Estado. Mas deixou, além de sequelas, lições para os camponeses e camponesas.

¹⁴ FILHO, Paulo Fonteles. Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

¹⁵ Idem.



Pere Petit,¹⁶ em um artigo, nos mostra como ocorreram as mudanças junto aos ‘golpistas’ aqui no estado paraense, principalmente na capital. Para o autor, o golpe foi considerado ‘civil-militar’, porque forças da sociedade civil como governadores, parlamentares, empresários, fazendeiros, além de alas conservadoras da igreja católica apoiaram diretamente o regime. Nesse sentido, o autor é enfático nessa afirmação, mesmo não desprezando os debates já travados sobre o tema, em que outros autores afirmam que o golpe foi militar.

Em 2014, a historiadora Edilza Fontes produziu mais de 87 depoimentos concedidos por professores, técnicos administrativos e ex-alunos da Universidade Federal do Pará. Esses depoimentos foram resultados do projeto denominado “A UFPA e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, onde a partir dos depoimentos a autora organizou diversos eixos temáticos onde foram produzidos cinco programas em que os sentimentos, as lembranças, os traumas, as experiências do período ditatorial no Pará e no Brasil são relatados e registrados. Resultado desse trabalho, foram criados ‘curtas’ com pequenos trechos dessas memórias, como podemos ver a seguir,

Em 64 eu estava em Boa Vista quando teve o golpe... e a gente era tão distante de tudo que só quase dois meses depois é que os militares chegaram lá e não tinham muitas coisas pra fazer. Aí eles resolveram prender todas as bicicletas... (Margaret Moura Refkalefsky).

Na universidade como Belém a gente encontrava de tudo, desde apoio, desde solidariedade até traição, a covardia... (Pedro Cruz Galvão de Lima).

Eu encontrei uma universidade em alvoroço, uma universidade que falava de tudo, que movimentava. O diretório era muito representativo na congregação apesar de termos só três professores que na verdade tinham consciência da situação, os outros fingiam que não tinham... (Layse Duarte de Salles)

Houve inclusive defecções, inclusive houve gente que no mesmo dia ou no dia seguinte mudou de lado, se passou debaixo das asas verde-oliva das asas militares, foi pra Brasília (Aloizio Lins Leal)
Existia muita gente revoltada com o golpe, o fato de os militares estarem no país, um silêncio, uma inversão da ordem. Havia uma tradição de uma participação estudantil na política, não apenas nas agremiações clandestinas, mas através da participação do movimento que tinha como ideia redemocratizar o país... (Humberto Cunha)

¹⁶ PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. Revista de Estudios Brasileños, I Primer Semestre 2016, I Volumen 3 - Número 4.



Nós estávamos reunidos na CAJU no dia do golpe. Haveria na UAP, que ficava em frente da CAJU ali na São Jerônimo e ia haver uma palestra do Benedito Monteiro sobre Reforma Agrária. Nós estávamos em peso, cheia a UAP. Nós estávamos lá na frente, aí chegou o caminhão do exército e fechou as duas ruas, uma era na Benjamim e a Ruy Barbosa e descarregou os militares lá com todo aquele aparato lá. Aí foi gente correndo pra trás, pulando muro, cerca por lá... (Alberto Ferreira Puty)¹⁷.

Então, como é possível observar nos trechos acima dos depoimentos concedidos à historiadora, são várias as memórias sobre o golpe militar de professores, servidores e ex-alunos nos dando um entendimento hoje que a situação vivenciada por essas pessoas foi muito difícil, mas também e em alguns momentos cômica, como no caso dos militares quando chegaram em Boa Vista e sem terem muito o que fazer, prenderam as bicicletas. Outras nos instigam mais a pensarmos o momento de tensão vivenciado pelos jovens que iriam ouvir a palestra de Benedito Monteiro, grande defensor da reforma agrária e que no dia programado, o 31 de março de 1964, foram surpreendidos pelos soldados do exército.

Oswaldo Coimbra em um livro, nos mostra o papel da igreja Católica no momento do golpe em Belém no ano de 1964. Segundo o autor, a instituição religiosa não ficou de fora no apoio junto ao seu maior líder do período, o arcebispo Dom Alberto Ramos, a quem era visto desde nos anos de 1960 como alguém que ‘gostava muito de estar ligado à elite local’, participando de programas televisivos e falando nos palanques.

Foi essa ligação, segundo Oswaldo Coimbra que fez com que o então arcebispo ficasse do lado dos militares no momento que ocorreu o golpe ‘delatando’ padres considerados subversivos e comunistas além de membros da então Juventude Católica Cristã (JUC) que procuravam trabalhar uma consciência cristã-social e não foram aceitos pela igreja conservadora.¹⁸

Assim, podemos ver e ter uma compreensão de que o golpe militar ou civil-militar que se instalou no Brasil a partir de primeiro de abril de 1964, não só causou mudanças bruscas em outras regiões do país, principalmente no Sudeste, mas também alcançou espaços mais distantes, principalmente na caça aos

¹⁷ FONTES, Joana Edilza Oliveira. **A UFPA e os anos de chumbo**. Disponível em www.multimidia.ufpa.br

¹⁸ COIMBRA, Oswaldo. **Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964**.- Belém: Paka-Tatu, 2003.



comunistas, como foi o caso do Pará, com vigilância no campo e na cidade e não diferente, dentro do próprio seio da igreja católica.

Nesse sentido, o estado paraense com sua capital Belém, sentiram de perto os dias e os anos que se seguiram com temor e preocupação, mais também com lutas dos contrários ao regime instalado, pois como já vimos, só viria finalizar com o mandato do último presidente militar, João Batista Figueiredo em 1985, ficando heranças presentes inda hoje, não só na memória, mas em práticas cometidas, principalmente com violações dos direitos humanos, principalmente pelas forças do estado como das polícias civil, militar e em alguns casos da polícia federal.

Clero Progressista e o STR De Moju: a vigilância

Renato Pinheiro da Costa no trabalho acadêmico sobre a Diocese de Abaetetuba, nos mostra alguns dos antecedentes que fariam com que esta região tivesse uma forte influência da igreja católica. Em sua análise, somente em 1961 é que Abaetetuba, como então espaço mais desenvolvido e movimentado desta região passaria a ser denominada de Prelazia, vindo a se tornar Diocese em 1981.

Antes de ser prelazia, o território que corresponde aos municípios de Tomé-Açu, Bujaru, Barcarena, Moju, Tailândia, Concórdia, Acará e Abaetetuba, pertenciam ao território eclesiástico da Arquidiocese de Belém do Pará, com isto os pastores que vinham a esses lugares para a tender as necessidades espirituais da população eram do clero secular ou religioso que prestavam serviços missionários à arquidiocese¹⁹.

Em 1961 chegaram em Abaetetuba os primeiros missionários Xaverianos, acompanhados de Dom Alberto Gaudêncio Ramos. No dia 06 de maio de 1962, seria criada a então Prelazia de Abaeté. Em 18 de dezembro do mesmo ano, seria então nomeado bispo Dom João Gazza, da congregação dos Xaverianos. O decreto do papa para a criação da Diocese de Abaetetuba é de 04 de agosto de 1981. No entanto, é somente no dia 15 de julho de 1982 que é oficialmente instalada. E como marco deste momento, é feito a abertura da 1ª Assembleia do

¹⁹ PINHEIRO DA COSTA, Renato. **Diocese de Abaetetuba: revendo fatos para reconstruir a história” no trabalho acadêmico apresentado no Instituto Teológico do Pará (IPAR)**. Monografia de Especialização. Belém, PA: (IPAR), 1998.



povo de Deus e que tinha como tema: “Nós igreja, apostamos nos pequenos”. E nada menos que Dom Ângelo Frosi era escolhido como bispo.

Dom Ângelo Frosi, assume então como bispo da Diocese de Abaetetuba quando os municípios vizinhos começavam a viver os problemas ocasionados pelos diversos projetos agroindustriais que também passavam a se instalar nos municípios próximos, como de mineração em Barcarena, de monoculturas em municípios como Moju, Acará, Tomé-Açu.

Eram tempos em que os militares ainda impulsionados pelo slogan desenvolvimentista, incentivavam a todo custo investimentos para esta parte da Amazônia. Assim, municípios como Moju, Acará e Tomé-Açu receberam grandes números de projetos voltados para o setor agropecuário, produção de monoculturas, como se viu com a empresa Sococo, Agropalma, Agromendes, Reasa, entre outras que ali se instalaram. No município de Acará, não seria diferente e muito menos em Tomé-Açu, com a chegada de pessoas de outros estados para se apossar de terras para algum tipo de negócio.

Frente a isso tudo, estes municípios viviam uma ‘penúria’, pois muitos colonos, lavradores, não sabiam a quem recorrer. Onde já existiam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os presidentes eram considerados ‘pelegos’, faziam vista grossa. O lema da então 1ª Assembleia Diocesana, animou muitos dos que participaram, uma vez que ali estava os dizeres “Nós igreja, apostamos nos pequenos”,

No documento dos militares considerado secreto, datado de 14 de março de 1978, podemos ver uma das primeiras ‘observações’ sobre Dom Ângelo Frosi. Intitulado “Antecedentes de D. Ângelo Frosi – Bispo Prelado de Abaetetuba/PA”, temos as primeiras descrições sobre o religioso, como veremos a seguir,

D. Ângelo Frosi – Xaveriano – DLN – 31 Jan 21 – S. Bassano, Cremona/Itália – Ordenado padre em 06 de maio de 48 – Nomeado Administrador Apostólico “ad-nutum” da Prelazia de Abaeté do Tocantins, em Dez 67 – Eleito bispo titular de Magneto e Prelado do Tocantins, em 09 Fev 70 – Participou de um encontro realizado no “S. Pio X” no período de 03 de Mar 70, ao qual estiveram presentes 12 bispos pertencentes a Regional Norte 2, da CNBB. Ao final do encontro, foi aprovada a “Declaração dos Bispos da Amazônia” que foi assinada por todos os participantes do conclave. Consoante o conteúdo da “Declaração”, no Seminário foram tratados assuntos exclusivamente pertinentes à realidade católica, em particular aos ligados à Educação, Saúde e formação religiosa na Amazônia



– em 20 de Jul, o jornal “A Província do Pará”, noticiou que, com o “imprimatur” de D. Ângelo Frosi, bispo prelado de Abaetetuba/PA e Presidente da Comissão Episcopal Regional Norte 2, estava à venda, em publicação da editora “Vozes Ltda”, o livro “Cristão no meio rural” de autoria do frei Bernadino Leers, OFM – Até Fev de 74 o nomindado D. Ângelo era considerado “Conservador” – em Mar 77, D. Ângelo Frosi assinou, justamente com D. Alano Maria Pena e o padre Joaquim Farinha, em nome da Comissão Episcopal Regional 2, uma nota de “solidariedade aos bispos acusados de comunistas”, no caso D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga, que na época, foram denunciados pelo bispo de Diamantina/MG, D. Geraldo Sigaud, como professantes do credo comunista. Em sua manifestação de solidariedade, ressaltaram os signatários: “a marginalização em que vive a imensa maioria do nosso povo e a impossibilidade prática de participarem das decisões que dizem respeito à vida da comunidade, são certamente, um dos frutos do capitalismo”. – D. Ângelo Frosi, ao que parece, passou a adotar a linha “Progressista” da Igreja, tanto que em sua prelazia têm sido realizados cursos a trabalhadores rurais, com cunho contestatório ao governo. Jovens da Prelazia de Abaetetuba, apoiados por religiosos passaram a imprimir e distribuir naquela cidade, o jornalzinho denominado “O Despertador”, que se revelou como um órgão de contestação ao regime, com tendências esquerdistas. – no dia 21 Jan 78, D. Ângelo Frosi, Bispo Prelado de Abaetetuba/PA e Presidente da Regional Norte II da CNBB, concedeu entrevista a jornalistas de Belém/, na qual fez severas críticas ao Governo pela maneira como foi feita a indicação do candidato oficial à Presidência da República. D. Ângelo disse que a Igreja não pode concordar com o processo adotado, que alija a participação do povo, deixando a escolha nas mãos de uma única pessoa ou de um pequeno grupo²⁰.

Como é possível observar nas descrições acima do Serviço Nacional de Informação, a vida do religioso já estava vigiada. Sabiam todo seu histórico de origem, bem como de suas últimas exposições e posições ligadas a religiosidade, mais também no campo político-social. Seus pensamentos, traduzidos nas ações ou palavras colocavam os militares a par de todo seus passos. Em novo documento tido como ‘sigiloso’ e ‘confidencial’, os militares apresentaram um novo ‘dossiê’ contra o bispo de Dom Ângelo Frosi. Desta vez, intitulado “Assunto de caráter político-ideológico – D. Ângelo Frosi.” Vejamos os registros,

O bispo de Abaetetuba/PA – D. Ângelo Frosi, não se tem manifestado, até agora, a respeito de assunto de caráter político-ideológico. Há registros, no entanto, de que o referido religioso, através dos sermões proferidos em sua diocese, como também

²⁰ ACE: 109941/78/Arquivo Nacional, SNI. BR_DFABSB_V8-MIC_GNC.AAA.78109941. 14 de março de 1978.



por meio de panfletos e livretos ali difundidos, vem procurando induzir os fiéis a se posicionarem contra o regime e o Governo. Assim é que, em artigo inserido no jornal “O Liberal”, edição de 28 Set 81, o jornalista João Malato denunciou que, por ocasião da ida do Senador Jarbas Gonçalves Passarinho à Abaetetuba, com o único objetivo de instalar o Diretório Municipal do Partido Democrático Social (PDS), D. Ângelo Fez um violento sermão na igreja local, atacando não só o Senador, como também as autoridades constituídas da Nação. Acusando-os como responsáveis pela morte de milhões de crianças, devido à falta de assistência. Segundo, ainda, o articulista, a Diocese de Abaetetuba vem sendo um dos principais focos de agitação rural e seu bispado vem se revelando como um dos mais ativistas e determinados, inclusive despendendo milhões de cruzeiros (que lhe vêm do estrangeiro), na confecção de “Cartilhas Pastorais”²¹.

E continua o documento,

Ainda em 81, prefaciado por D. Ângelo Frosi, foi lançado em Abaetetuba o livro de cantos intitulado “Caminhando e Cantando”, para uso das Comunidades Eclesiais de Base do município. São 419 letras de cânticos, quase todas enfocando questões de terras e clamando pela liberdade dos “pobres lavradores e trabalhadores, espoliados pelos poderosos”. Algumas dessas letras, foram adaptadas às músicas de canções populares, tais como: “Peguei um Ita no Norte”, “Boiadeiro”, “Lá no meu pé de serra”, “Asa Branca”, “Mulher Rendeira”, etc. dentre tais cânticos, destacam-se, todavia, os intitulados “Povo unido jamais será vencido”, “Vamos companheiro” e “Agora nós vamos pra luta”, dado os seus teores incitativos à desobediência e à desordem. (ACE: 1917/82)²².

A seguir a letra intitulada “Vamos companheiro”,

1. Vamos companheiro / está na hora de acordar/ diante de tanta injustiça/ não podemos desanimar (bis).
2. Os lavradores reunidos/ um dia vão resolver / os grandes problemas da terra/ que estão aparecer (bis)
3. Vamos em frente meus amigos/ levando sempre a união/ pobre acreditando no pobre/ baseado na situação (bis).
4. Amigos e companheiros/ vamos se unir pra mais forte ficar/ se organizando em sindicato/ para podermos reivindicar (bis)²³.

Como mencionado no documento, o bispo continuava sendo vigiado. Os militares aparentemente entediam que este não causava grandes preocupações, porém, seu posicionamento em alguns momentos os incomodava, como no sermão proferido quando da visita do então Senador da República Jarbas

²¹ ACE: 1917/82/Arquivo Nacional, SNI. [BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 78109941](#). 14 de março de 1982.

²² Idem.

²³ Idem.



Passarinho em Abaetetuba para instalação da sede do PDS.²⁴ Ou então pelo fato de estar com um posicionamento ligado aos lavradores, sobretudo com o ‘prefaciamento’ do livro de cânticos, utilizados para ‘animar’ os encontros nas comunidades de base.

As letras, obviamente, haviam sido uma estratégia para os movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, partido das esquerdas onde começavam a respirar um ‘ar’ de liberdade e através destas canções, podiam se manifestar e aos poucos, pensarem nos processos de reorganização de alguns movimentos, como aos poucos foi acontecendo, como a ‘tomada’ dos sindicatos dos trabalhadores rurais, em sua maioria criados a partir dos anos de 1970, estavam sob o controle de líderes ligados aos militares.

Foi o que aconteceu em Acará, Tomé-Açu e Moju, por exemplo, municípios pertencentes a Diocese de Abaetetuba, e que faziam parte da denominação chamada ‘região Guajarina’. Ali, no limiar da década de 1980, grupo de lavradores, vivendo a experiência das CEBs e com as chamadas Delegacias Sindicais, apoiados pelos discursos do bispo de Abaetetuba e de padres considerados progressistas, utilizando a ‘cartilha’ da Teologia da Libertação, incentivaram e ajudaram na conscientização, com a finalidade de se fazer uma luta de enfrentamento para que pudessem conquistar os STRs.

Um desses religiosos, padre Sérgio Tonetto, atuando em Moju desde 1977, foi importante personagem para que as mudanças ocorressem neste município. Crítico contundente do regime militar, também foi vigiado e num documento sigiloso, teve sua identidade apresentada pelos militares, como poderá ver a seguir,

Sérgio Tonetto – DLN: 18 Fev 45 – Iesolo/Itália – Filiação: Ermínio Tonetto e Emma Sgorlon. – sacerdote Católico. Trabalha na Paróquia da cidade de Moju/PA, onde desenvolve um trabalho de contestação ao Governo e ao regime, dando integral apoio ao PT. – infiltração nos estabelecimentos de ensino²⁵.

Como se pode verificar, padre Sérgio Tonetto, também estava sob a vigilância dos militares. Bastava fazer alguma crítica ao regime ou ao governo que

²⁴ O PDS, Partido Democrático Social havia substituído o então partido da ARENA, ligado aos militares.

²⁵ ACE Nº 3157/83/Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003157. 04 de maio de 1983.



as atenções se voltavam para esta ou aquela pessoa e já era considerada suspeita, subversiva, comunista. Em 1984, outro documento contendo mais detalhes sobre o padre Sérgio Tonetto e também como do recém-chegado padre Ângelo Paganeli em Moju, outro Xaveriano, vindo da Itália é apresentado em um novo relatório intitulado “Atuação do clero no município de Moju/PA”, como será mostrado a seguir,

Os padres Sérgio Tonetto e Ângelo, ambos de nacionalidade italiana, estão aproximadamente há três anos atuando no município de Moju/PA. Durante a semana, viajam pelo interior do município, catequisando os moradores. Os padres, quando sabem que políticos vão visitar qualquer região, antecipam-se dizendo aos moradores que “os enganadores” estão chegando para visitá-los, que não é para acreditar no que eles dizem, sob pena de perderem suas confianças. Durante a celebração da missa aos domingos, procuram denegri a imagem dos Governo Federal e Estadual, dizendo que os mesmos são “ladrões e corruptos”. Em 21 Out 84, padre Ângelo, durante a missa, disse que “o Governo Federal é o grande culpado pela morte das crianças no Nordeste; pela inflação galopante; pela permanência do incompetente Delfim Neto no Ministério do Planejamento; pela candidatura de Paulo Maluf, para permanecer o continuísmo da ditadura militar, pelos escândalo financeiros havidos e sem providencia nenhuma no Brasil; pela perseguição dos pobres e oprimidos; pela falta de terra para os colonos trabalhadores e pela miséria em que vivem milhões de brasileiros”²⁶.

O relato acima sobre os dois missionários Xaverianos, com dados precisos sobre suas atuações no município mojuense, em tempos da década de 1980, onde o deslocamento era mais dificultoso para chegar em diversas áreas, enfatiza claramente a posição destes dois, uma vez que tinham como princípio ajudar na ‘conscientização’ das pessoas, sobretudo as do campo a resistem para permanecer em suas terras. Em suas homilias, utilizavam a metodologia da Teologia da Libertação, demonstrando claramente que eram padres progressistas.

É claro que para os militares conseguirem tais informações tão precisas, era necessário ter nestes espaços destas localidades, pessoas ‘observadoras’, ‘infiltradas’, a serviço do regime, os chamados colaboradores. No caso de Moju, havia vários. Entre eles, políticos e outros civis. Um destes, mencionado em um

²⁶ ACE 5039/84/Arquivo Nacional, SNI. [BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039_30](#) de novembro de 1984.



documento era o senhor Cleto Nascimento Medeiros, que teria diversos mandatos como em Moju, como se pode ver a seguir,

Cleto Nascimento Medeiros, vereador pelo Partido Democrático Social (PDS), comentou a servidor desta AR, que o padres não batizam filhos de políticos e nem os podem servir de padrinhos, citando o caso de seu filho que está com cinco anos de idade, e ainda não foi batizado. O problema fundiário sempre existiu no município, e, por esse motivo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Moju e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) distribuíram um comunicado (cópia anexa), datado de 10 Set 84, no qual criticam as autoridades federais e estaduais pelo “descaso” em relação ao problema. Como forma de solucionar os conflitos gerados pela posse da terra sugerem uma “reforma agrária radical e imediata”²⁷.

De fato, a presença dos dois missionários religiosos em Moju foi muito importante. Não à toa, o relatório tecia críticas muito forte em relação aos dois padres. Sérgio Tonetto, já residindo no estado do Pará e desde os anos de 1977 estava em Moju Era um dos mais animados com a possibilidade de uma organização mais expressiva dos lavradores. Em uma nova observação, se referindo a conquista do sindicato dos trabalhadores rurais mojuense, vindo a ocorrer em 1984, temos como título “Eleição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju/PA”, vamos conferir,

Realizou-se no dia 06 Mar 83, às eleições para o Sindicato Rural de Moju/PA, com a participação de 04 (quatro) chapas concorrentes. Saiu vencedora a chapa 2 (oposição), apoiada pelo “Clero Progressista”, Federação dos Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) representado pela militante Isabel Marques Tavares da Cunha; além da ativa Comissão Pastoral da Terra que unidos somaram forças visando tomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. A estratégia adotada pela chapa 2, consistiu em pôr em prática as articulações que vêm sendo desenvolvidas nos últimos 04 (quatro) anos pelo PT, Clero Progressista, CPT, FASE, PC do B. referidas entidades esquerdistas vêm desenvolvendo intenso trabalho de base, no campo, junto aos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores, posseiros, com o objetivo de formar uma consciência política que reúna os trabalhadores rurais e para tanto, o primeiro passo é tomada do controle dos sindicatos rurais²⁸.

E prossegue o documento dos militares,

²⁷ ACE 5039/84/Arquivo Nacional, SNI. [BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039](#). 30 de novembro de 1984.

²⁸ ACE 3045/83/Arquivo Nacional, SNI. [BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003045](#). 21 de março de 1983.



No caso do Sindicato de Moju/PA, o Clero Progressista, nas pessoas do Padre Sávio Corinaldesi, filho de Ulderico Corinaldesi e Ima Gagliardini, nascido aos 01 Dez 36, Jesi/Itália e Sérgio Tonetto, filho de Eminio Tonetto e Emma Sgorlon, nascido aos 18 Fev 46 em Iesolo/Itália, que aproveitando-se do indivíduo Manoel Ferreira dos Santos (Manoel Libório), ligado à CPT e filiado ao PT (concorreu s eleições de novembro/82, ao cargo de vereador, em Moju/PA, obtendo apenas 56 (cinquenta e seis) votos, recentemente infiltrado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju/PA, tendo participado da chapa 2, como representante, para pôr em prática a estratégia política visando tomar a direção do Sindicato, consubstanciada nos seguintes pontos: distribuição de panfletos divulgando a chapa2. – quitação das mensalidades em atraso dos associados e simpatizantes da chapa 2. – promover o transporte, hospedagem e alimentação dos eleitores no dia da eleição. – intenso trabalho de base através da distribuição de panfletos, realização de encontros de comunidades, além de trabalho de boca de urna no dia da eleição feito pelos padres na sede do Centro Comunitário de Moju/PA - os trabalhos de votação foram iniciados por volta de 08:00 horas, transcorrendo normalmente, sem incidentes. A apuração iniciou-se à noite terminando às 03:00 horas do dia 07 Mar 83, quando a chapa 2 foi proclamada vitoriosa por maioria esmagadora, tendo recebido quase 80% (oitenta por cento) dos votos no total de 310. – no dia das eleições, a FASE, se fez presente, representada pelo seu Diretor Regional de Abaetetuba/PA, Osvaldo de Moraes Matos²⁹.

E para finalizar o relatório, foi apresentado a chapa vitoriosa,

A chapa 2 tinha a seguinte composição: Efetivos – Virgílio Serrão Sacramento – Rosalina dos Santos Silva – Aldenor dos Reis e Silva – Suplentes: Neles Barbosa Rodrigues – Alcebiades Teles de Souza – André de Souza Gomes – Conselho Fiscal – Efetivos: Geraldo Felipe Santiago – Joaquim Alves dos Santos – João da Cruz Gomes da Costa – Suplentes: Tiago Martins – Idalino Araújo Tavares – Raimundo Leal Maia. – Delegado Representante – Efetivos: Manoel Ferreira dos Santos – José Correa da Cunha – Suplentes: Josias de Jesus – Otávio Inácio da Cunha³⁰.

O relatório apresentado pelos agentes de segurança do Serviço Nacional de Informação (SNI) era bem preciso falando sobre a veracidade dos fatos, pois continha detalhes dos atos organizados pelos sujeitos que haviam se proposto a participar do pleito realizado pelo STR de Moju, bem como das demais entidades responsáveis pela vitória da chapa 2, como a FASE, CPT, Clero local, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, entre outros.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.



Fundado em 1971, o STR de Moju contabilizava mais de uma década sob a direção de lideranças ligadas aos militares. E frente ao avanço do agronegócio, investindo nas terras mojuense, a direção nada fazia para ajudar as famílias de lavradores. Foi este sentimento que levou o grupo, chamado de oposição a se posicionar e fazer o enfrentamento dentro da entidade, primeiro buscando conquistar a vitória, pois como vimos no relatório acima, foi travado uma ‘batalha’, para que a conquista ocorresse.

E neste sentido, com o apoio de padre Sérgio Tonetto que já se encontrava em Moju, bem como de outros representantes de partidos, movimentos sociais, Virgílio Serrão Sacramento, é aclamado presidente desta instituição.

Em 1985, Virgílio aparece em outros documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI). O primeiro mencionando a figura do líder sindical como ‘questionador’ pelos problemas relacionados as aposentadorias onde começavam a aparecer casos de ‘fraudes’ nestes benefícios, como veremos a seguir,

Fraude nas aposentadorias – Nos primeiros dias da segunda quinzena de Jan 85, os jornais da cidade ocuparam-se na divulgação da notícia de que, nos municípios de Capitão Poço e Moju, ambos neste Estado, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) estava sustando a entrega dos carnês de aposentadorias de trabalhadores rurais, sob alegação da prática de fraude nas Certidões de Nascimento. Em contato mantido, nesta data, com a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), através de seu titular, Dr. Ajax Carvalho de Oliveira, a B7B, não só obteve a confirmação dos fatos narrados através da imprensa, como também tomou ciência das medidas adotadas³¹.

Continua o documento,

Segundo aquele dirigente, o INPS/PA, vinha, há algum tempo, recebendo denúncias de fraudes no processo de obtenção de aposentadorias, principalmente no interior do Estado. Em vista disso, sendo os meses de Jan/Jun de cada ano a época mais adequada para detectar tais irregularidades, face ser o período em que são distribuídos os carnês de pagamento, foram mandadas aquelas localidades equipes de fiscais do órgão, com a missão de efetuar levantamentos dos processos de aposentadoria concedidas. Nessa ocasião, foram comprovadas inúmeras irregularidades. Casos idênticos, verificados em outras diligências, já tiveram seus processos encaminhados a Superintendência Regional de Polícia Federal³².

³¹ ACE 5151/85/Arquivo Nacional, SNI. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005151. 29 de janeiro de 1985.

³² Idem.



Finalizando o documento, a crítica a Virgílio Serrão Sacramento e outras lideranças de Moju,

Segundo ainda aquele dirigente, referidas irregularidades são, na maioria das vezes, facilitadas pela ação irresponsável dos Cartórios localizados no interior, que expedem Certidões de Nascimento “frias”, sempre com idade a mais. É válido ressaltar, que, aproveitando-se da oportunidade para denegrir a atuação do órgão na área, estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, na pessoa do seu Presidente Virgílio Serrão Sacramento; Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do Padre Ângelo Paganeli e Sandra Fernandes da Associação Mojuense dos Professores, que através da imprensa, vem distorcendo os fatos³³.

Como se pode observar claramente, os militares não toleravam críticas. Aqueles que ousassem tecê-las, poderiam muito bem sofrer as consequências, como em muitos outros casos no Brasil ocorreram, como prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos. No caso de Moju, mesmo sabedores destes fatos, o líder sindical e o clero progressista ali presente, não desanimaram e faziam as denúncias, mesmo que estas pudessem ter um sinal de perigo.

Em outro documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), novas denúncias contra o clero e o STR de Moju. Ocorre, que no dia 07 de setembro de 1984, um imbróglio de terras havia culminado com a morte de Edmilson Soares, vereador pelo Partido Democrático Social (PDS) e acionista de uma firma de dendê. O representante da agroindústria queria a todo custo se apossar de terras pertencentes ao senhor Delorizano, morador da localidade de Curuperé. A noite, o Edmilson chamava outros seguranças e investiam contra a propriedade deste senhor.

O sindicato dos trabalhadores rurais, na pessoa de seu presidente, Virgílio Serrão Sacramento, procurou de várias maneiras resolver a situação. Junto com os padres e outros representantes de movimentos sociais. Fizeram denúncias, foram até as autoridades competentes procurar uma solução. Infelizmente, não encontraram. No dia 07 de setembro de 1984, acreditando que teriam sua propriedade invadida, Delorizano e outros homens foram para a área esperar o parlamentar para chegarem a um diálogo. Quando este apareceu, e foi questionado sobre o trabalho, agiu disparando contra os lavradores que lá estava, que revidaram, e então Edmilson acabou falecendo.

³³ Idem.



Em um documento ainda de 1984, mostra que alguns parlamentares do então PDS, Gerson Perez, Aziz Mutran e o prefeito de Moju Didi Teixeira, foram até o governador Jader Barbalho, relatar os acontecimentos dos últimos dias no município mojuense, apresentando suas versões, vejamos a seguir,

No município de Moju/PA, o Clero Progressista, através dos estrangeiros Padres Sérgio Tonetto e Ângelo e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais vêm desenvolvendo um trabalho de massa, de forma a conscientizar os trabalhadores rurais a empregar a violência como forma adequada de ter acesso a posse e uso da terra. De certa forma, esse trabalho vem surtindo efeito, ocasionando a omissão das autoridades policiais nas providências relativas aos conflitos pela disputa da terra, culminando com a morte, no dia 07 SET 84, do vereador Edmilson Ribeiro Soares (PDS/PA), empregado da empresa Reasa, por cerca de 40 posseiros, quando na condição de empregado orientava os trabalhos de demarcação dos limites de uma gleba daquela empresa. Consumado o crime, a polícia prendeu todos os suspeitos. removendo-os para a cadeia da cidade de Abaetetuba/PA, próximo à Moju, face as ameaças de invasão e de retirada dos presos da cadeia de Moju/PA para colocá-los em liberdade. Apesar dessa providência, por ingerência de autoridades estaduais, ligadas a Comissão Pastoral da Terra, a prisão em flagrante foi relaxada e os presos soltos, para serem submetidos a inquérito em liberdade. Após esse episódio, a tensão social no município recrudesciu. pois os Padres Sérgio e Ângelo, através dos seus sermões na Igreja, durante as missas, insuflam a população contra as autoridades e contra os proprietários rurais³⁴.

Segue o relatório, agora mostrando os presentes na reunião com o governador,

A fim de denunciar a situação existente, e, ao mesmo tempo, pedir providências, estiveram nesta AR, no dia 10 Set o Deputado Federal Gerson Peres dos Santos (PDS/PA), o Dep Est Aziz Mutran (PDS/PA) e o Prefeito Municipal de Moju, Benedito de Azevedo Teixeira "Didi" (PDS/PA), os quais relataram o clima de insegurança existente no Município, face as constantes ameaças a integridade física e a vida de autoridades que se opõem aos seus desígnios. Durante a visita, o Dep Fed Gerson Perez fez graves acusações ao Governador do Estado, Jader Fontenele Barbalho, ao Secretário do Interior e Justiça, Itair da Silva, ao Secretário de Segurança Pública, Arnaldo Moraes Filho e ao Procurador-Geral do Estado, Benedito Wilfredo Monteiro, pelas posições de apoio aos ativistas de esquerda. O parlamentar sugeriu, ainda, medidas contra-ofensivas a serem realizadas por órgãos federais, como forma de minimizar o proselitismo esquerdista que vem sendo feito na região do Tocantins. Com o mesmo intuito, no dia 02 Out 84, estiveram nesta Agência, o Promotor Público de Moju, Dr.

³⁴ ACE 4980/84/Arquivo Nacional, SNI.

[BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84004980_d0001de0001](#). 11 de outubro de 1984.



Raimundo Renato e a Juíza de Direito, Dra Dahil Paraense de Souza, que, também relataram a insegurança existente no Município, mesmo para funcionamento do Poder Judiciário, cujos representantes, inclusive, durante as audiências de instrução e julgamento são ameaçados pelos trabalhadores rurais. Segundo o Promotor, seu nome é o sexto de uma lista de pessoas marcadas para serem mortas. Atribui tal anomalia somente a conduta que tem em todos processos, quando procura cumprir com rigor o prescrito na lei processual³⁵.

Embora sem citar os nomes dos representantes dos trabalhadores rurais do município de Moju, como do clero progressista e do líder sindical, os ‘denunciantes’ mostravam claramente ao governador do estado naquele período, Jader Fontenelle Barbalho, que os responsáveis pela situação que se tornava ‘caótica’ neste município eram desta pessoas, pois os padres em seus ‘sermões’, insuflavam o povo a invadir as terras, numa clara ofensiva para desmitificar o que de fato vinha ocorrendo, não no município mojuense, mais nas terras paraense de modo geral.

Na metade da década de 1980, a luta pela terra em Moju era uma realidade. De certa forma, uma grande ‘confusão’ estava estabelecida. A abertura da rodovia PA-150 que ligaria a região Nordeste paraense, havia atraído muitos homens de outras regiões do país, e que a todo custo intencionavam por adquirirem mais terras. O município mojuense parecia um ‘barril de pólvora’. E em certa medida, já pegava ‘fogo’, como vimos, com a morte do vereador Edmilson Soares.

O clero progressista e o STR mojuense, na pessoa de seu presidente Virgílio Serrão Sacramento, procuravam dar atenção aos lavradores, aos moradores das comunidades, sendo o ‘reforço’ na luta em suas defesas, sendo incentivadores para que não vendessem suas terras e resistissem as intimidações e tentativas de expulsões.

Virgílio, como presidente do STR, ganhava destaque nesta luta, e por conta de sua atuação, participava da fundação e organização de outras entidades de defesas dos trabalhadores rurais, como foi a caso da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará, como assim mostrou em um novo relatório feito pelo serviço secreto dos militares. Intitulado “I Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores” (I CECUT/PA), vamos conferir,

³⁵ Idem.



Realizou-se, no período de 22 SET 85, no Ginásio de Esportes da Universidade Federal Do Pará (UFPA), em Belém/PA, o I Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – I CECUT –, que teve por objetivo: a discussão do desempenho da entidade; a Constituinte; a Reforma Agrária; e o Governo da Nova República, além da eleição da nova diretoria da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará (CUT/PA). No primeiro dia do Congresso, foi efetuada a sessão de abertura, que contou com a presença de aproximadamente 600 pessoas, em sua maioria, militantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e Convergência Socialista (CS), destacando-se entre elas, as seguintes: Jair Antônio Meneguelli (B1399561), Secretário Geral da CUT; Paulo Roberto Galvão da Rocha (8001'0340), Geraldo Irineu Pastana de Oliveira. (80620488) e Humberto Rocha Cunha, militante do PRC; Raimundo Antonio da Costa Jinkings (0005710), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e Orlando Bordalo Júnior, Presidente do Diretório Regional do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Entre os congressistas, também, foram notadas as presenças dos elementos abaixo relacionados: Raimundo Reinaldo Carvalho Da Silva (PCB); Rejane Maria Sobral Pimentel (B2051862) (PRC); Edir Veiga Siqueira (B1865330 – Z7 : "B") (PRC); Matheus Henriquos Antonius Otterloo (B0009465) (PRC); Durbiratan de Almeida Barbosa (80078050) (MEP); Lucivaldo Da Silva Ribeiro (Branco) (B1962486); Virgílio Serrão Sacramento; – Pedro Paulo Souza e Silva (PRC) – Edmilson Brito Rodrigues (Z7 : "C") (PRC); Carlos Vinicius Teles da Costa (B1138390) (CS); Elizabeth de Fátima Dias Faria (B1138388) (CS); Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes (61137141) (CS); Aida Maria da Silva; João Batista de Oliveira Araújo (31208275) (CS); Izabel Marques Tavares Da Cunha (60084785) (PRC); Jose Maria de Castro Pedroso (Piteira) (PRC) – Everardo de Aguiar Lopes (CS) – Valmir Carlos Bispo dos Santos (61864518) (PRC); Ermelinda de Melo Garcia (80192636); Conceição Rodrigues de Menezes (Concha) (B1137153) (CS); Ana Elizabeth da Costa Petrucelli (B2186378); Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima (60009489) (PRC); Atanagildo de Deus Matos (60380866) (PRC)³⁶.

Como se pode observar na primeira parte do documento sigiloso, dos 600 participantes, deu-se destaque para os que supostamente estavam mais a frente como lideranças, tanto no espaço urbano como no espaço rural. O documento prossegue mostrando a continuidade das atividades do encontro, como se pode observar a seguir,

Paulo Rocha, iniciando o Congresso, disse que um dos objetivos daquele encontro era debater a libertação da classe trabalhadora, mas que se sentia triste com a ausência dos companheiros mortos pelas mãos de pistoleiros; e conclamou a união dos trabalhadores para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro, contra "a onda

³⁶ ACE: 5583/85/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005583. 07 de outubro de 1985.



de intervenções que se desencadearam no País". Orlando Bordalo Júnior, por sua vez, saudou os encontristas e disse não entender o porquê da CUT e CONCLAT, que congregam trabalhadores de todo o País, estarem separadas. Afirmou, também, não aceitar a atual democracia, conclamando a união de todos os partidos em torno dos trabalhadores para que se alcance a democracia plena. Raimundo Jinkings, em sua fala, defendeu uma reforma agrária radical e imediata "para que não continuem morrendo trabalhadores rurais, como atualmente está acontecendo". Ao final, Jair Meneguelli fez um retrospecto do surgimento da CUT; a seguir, passou a comentar o desempenho do atual Governo, declarando que o mesmo está adotando uma "repressão" sofisticada, utilizando-se dos meios de comunicação para sair contra os trabalhadores, ao invés de acionar a polícia para reprimir as greves e outras mobilizações da classe operária". No dia 21 SET 85, houve, apenas, debates sobre o regimento interno da entidade, o que se deu por todo o dia. Pela parte da noite, na programação cultural, foi exibida a peça "Quintino, a Outra Face da Sacanagem", encenada pelo grupo "Cena Aberta". Referida peça não foi apresentada integralmente, porque, segundo a sua autora, Zélia Amador de Deus, a mesma não está totalmente completa³⁷.

E prossegue o informativo dos militares,

No domingo, 22 SET, foram debatidos os seguintes temas: "Avaliação e Implantação da CUT No Para"; e "Sindicalismo: Conjuntura Político-econômica". Referidos debates não foram acompanhados devido terem sido realizados em grupos, com acesso, somente, a pessoas credenciadas. Entre as propostas aprovadas pela Plenária da CUT, em relação ao tema "Reforma Agrária", destacam-se as seguintes: Extinção imediata do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT); do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM); e do Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agraria (INCRA); — Legalização imediata de todas as terras ocupa das por trabalhadores rurais; Estabelecimento de uma área máxima para as propriedades; Desapropriação de todos os latifúndios; e fim dos incentivos fiscais para as empresas pecuárias e outras do tipo. No que tange a conjuntura nacional, ficou definido que a CUT deve empenhar-se na organização e apoio à luta de todos os trabalhadores e na defesa dos seguintes pontos: Rompimento com o FMI e não pagamento da dívida externa; Reajuste trimestral de salários, com semana de 40 hs, sem redução de salário; Estabilidade no emprego e salário-desemprego; Liberdade e autonomia sindical; Irrestrito direito de greve; Completa liberdade de organização partidária, assegurando o livre acesso aos veículos de comunicação de massa, inclusive aos partidos clandestinos; Fim da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e Lei de Greve, com o desmantelamento dos "aparelhos repressivos"; Julgamento e punição dos envolvidos nos crimes de tortura, assassinato político e corrupção; Reforma Agrária Radical aos trabalhadores rurais; Transformação das grandes fazendas

³⁷ Idem.



agropecuárias em fazendas-modelos de propriedade estatal, gerenciadas pelos trabalhadores; Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, independente do Executivo e do atual Congresso; e Congelamento dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos serviços básicos. Quanto a questão sindical, foi aprovada a proposta de extinção gradual do imposto sindical e sua substituição por outras formas de contribuição e, ainda, instituição de sindicato ou federação regional por ramos de atividades³⁸.

Por fim, o documento mostrava como ficava a direção provisória da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará, vejamos,

Diretoria: Presidente: Avelino Ganzer; Vice- Presidente: Edmilson Brito Rodrigues; Secretário Geral: Paulo Roberto Galvão da Rocha; 1º Secretário: Paulo Adelino; 2º Secretário: Raimundo Nonato; 1º Tesoureiro : Raimundo Walter; 2º Tesoureiro: João Batista Oliveira de Araújo; Secretaria Rural: José Dias Vieira (Zelito); Secretaria de Formação Política: Páscoa da Costa e Silva; Secretaria de Divulgação e Imprensa: Rosa Leal; Secretaria de Finanças: Lucídio Gomes da Silva; Representante da Região das Ilhas: Getúlio; Representante da Região Guajarina: Virgílio Serrão Sacramento; Representante da Região do Tocantins "Bragança"; Representante do Baixo Amazonas: Jose Ferreira de Araújo; Representante da Região Bragantina: Jose Galvão De Lima; Representante do Sul do Pará: Atanagildo De Deus Matos (Gatão). Data da Eleição: 22 Set 85 Prazo de Mandato: 01 Ano³⁹.

Como se pode notar no documento acima, os dias de encontro sobre a criação da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará foi feita sob a observação de possíveis 'infiltrados' ligados ao regime militar. Tal a precisão das descrições, com exceção apenas do dia em que houve debates em grupos e só participariam os credenciados. Do resto, tiveram conhecimento de tudo.

Como já mencionado, dos mais de 600 presentes no encontro, lá estava Virgílio Serrão Sacramento, representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Moju e que viria a ser o escolhido para representar a CUT na região Guajarina, ficando sob sua responsabilidade a organização da entidade, o que viria a ocorrer em seguida, com sede em Abaetetuba ficando este na tesouraria.

Um último documento do Serviço Nacional de Informação ainda mencionaria o nome do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento em 1987, quando este juntamente com muitas outras lideranças sindicais conquistaria a

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA).
Vejam os,

Eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – Realizou-se no dia 28 FEV 87, em Belém/PA, as eleições para a renovação da diretoria da Federação Dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, tendo a chapa 2, como vencedora, em seu segundo escrutínio. A chapa vencedora está composta da seguinte maneira: Diretoria: Jose Dias de Andrade Valente Moreira (Presidente); Almir Ferreira Barros; Raimundo Cardoso de Araújo; Advonsil Candido Siqueira; Jose Galvão de Lima; Getúlio Brabo de Souza; Manoel Pinheiro De Souza; José Ferreira de Araújo; Hilton Ramos Ferreira; Jose Oscar Peixoto; Manoel Ferreira dos Santos; Jose Jorle Soares Monteiro; Arnaldo Lobo Martins; Atanagildo de Deus Matos; Salomão de Jesus Canto Teixeira; e Maria de Jesus da Silva Aguiar. Suplentes: Pedro Ramos de Souza; Manoel Francisco Evangelista Matos; Mair Ferreira de Souza; Francisco de Assis Contente; Miguel Camilo Nunes; Ponciano dos Santos Fagundes; Antônio Pereira Calado da Silva; Ana Selma da Silva; Oscar da Luz Prestes; Raimundo Monteiro Marques; Jose Carlos Pereira; Jose Maria Medeiros da Costa; Manoel Eurico Oliveira da Silva; Eduardo Nascimento Ferreira; Felipe Alves Macedo e Ademir Barbalho. Conselho Fiscal: Luiz Gonzaga da Cruz; Virgílio Serrão Sacramento; e Luiz Lopes Sobrinho. Suplentes: Valdério Pereira dos Santos; Manoel da Costa Ferreira e Raimundo Jose da Silva Monteiro. Delegados Representantes: Avelino Ganzer e Zacarias Rodrigues Botelho. Suplentes: Narciso Vieira Ramos e Manoel Monteiro Dos Santos. Tendo à frente José Dias de Andrade Valente Moreira, Secretario Rural da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Pará (CUT/PA) e coordenador do Movimento dos Sem-terra no Pará, a chapa vitoriosa recebeu apoio de militantes da Comissão Pastoral da Terra Norte II (CPT/Norte II), do Dep Fed Ademir Galvão Andrade, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Pará (PMDB/PA), Do Dep Est Valdir Ganzer, do Partido dos Trabalhadores do Pará (PT/PA), além de militantes da CUT/PA⁴⁰.

Como mostrado acima, mais uma vez o nome de Virgílio Serrão Sacramento aparecia nos relatórios confidenciais dos militares. Desta vez, na tão sonhada conquista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA). Virgílio era eleito membro do Conselho Fiscal, para um mandato que seria de três anos. Mais uma vez o líder sindical tinha seu nome anotado pelo serviço de inteligência.

⁴⁰ACE:6028/87/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006028_d0001de0001. 24 de março de 1987.



Seria a última vez que o líder sindical apareceria nos relatórios dos agentes de segurança. Menos de dois meses depois da eleição da Fetagri/PA, este seria morto em Moju, no dia 05 de abril de 1987, um domingo à tarde, quando retornava para sua casa que ficava aproximadamente oito quilômetros da cidade, um caminhão com placa PT – 1189, do município de Paragominas, mais que prestava serviços para uma empresa de serraria do município de Tailândia, o ‘apanhou’ por trás, colidindo com sua motocicleta, o arremessando a mais de trinta metros de distância, morrendo instantaneamente. Sobre o assassinato, o Serviço Nacional de Informação (SNI), silenciou.

Concluindo...

A falta de lembrança de pessoas que em algum momento da história foram personagens importantes para os movimentos sociais é uma realidade. Há uma dificuldade em se rememorar esse passado, buscar fazer com que não caiam no esquecimento. Em 1987, quando Virgílio Serrão Sacramento se destacava como liderança, do STR de Moju, PT/Pará, CUT e FETAGRI paraense, não era à toa. Seu destaque se dava pela luta em defesa dos trabalhadores rurais do município mojuense e de outros cantos da região Guajarina.

Sua morte no dia 05 de abril de 1987, resultado de um ‘atropelamento’ sempre deixou questionamentos no ar. Como as investigações foram precárias, não tendo interesse a justiça de se fazer um melhor levantamento dos fatos, logo o único responsável tornou-se o motorista do caminhão, Osvaldo Camargo, preso no município de Tailândia, sendo solto mediante pagamento de fianças. Tendo sido julgado em circunstâncias que nem a família de Virgílio soube. Pegou uma pena de dois anos de prisão em regime semiaberto, em liberdade. Um prêmio para a impunidade.

No entanto, em fins dezembro de 2022, a filha caçula de Virgílio Serrão Sacramento, Noemi, que quando de sua morte em 1987, estava com seis meses e não conheceu o pai, pelas festas de final de ano, com seus 36 anos de vida, conheceu um senhor, importante empresário mojuense, dono de fazendas, que depois de uma confraternização na cidade natal, a chamou em particular e lhe fez uma confissão, junto com um pedido de desculpas, onde nas palavras de Noemi,



a 11^a filha, assim narrou o que esta pessoa lhe falou e na ocasião do 36^o aniversário da morte de seu pai, assim descreveu em uma rede social, vejamos,

Hoje, 05/04/2023, completam 36 anos do assassinato de meu pai, Virgílio. É uma lacuna que não se fechou, é diferente de ter um parente morto por doença, por uma fatalidade, ele teve a morte planejada por um grupo de pessoas, e isso é algo difícil de compreender. Em dezembro, durante uma conversa com um conhecido, após uma confraternização em minha cidade natal, escutei um pedido de desculpas. A pessoa me disse que foi convidado para as reuniões que tratavam sobre o assassinato do meu pai, mas nunca participou, por não concordar com essa “estratégia”. Foi um choque tão grande escutar aquilo, que me desestabilizei emocionalmente. Confesso que o trauma de não ter convivido com meu pai ainda existe, as vezes eu tenho vontade de esquecer tudo isso, as vezes tenho vontade de gritar, de clamar por uma justiça que nunca ocorreu, mas que de fato se concretiza pela memória que persiste no imaginário de sua família, amigos, companheiros de luta. Tenho 36 anos, e hoje completa 36 anos de sua Páscoa, meu pai, que “coincidência”, heim...Para sempre em meu coração! Virgílio vive, sempre, sempre, sempre!⁴¹

Como se pode observar na fala da filha caçula de Virgílio Serrão Sacramento, a tese que a morte do líder sindical teria sido resultado de um ‘acidente’ desmonta-se. Infelizmente o senhor não mencionou o nome das pessoas envolvidas ou que lhe chamavam para as ‘reuniões’. Não importa mais para a família da filha caçula, a única certeza que existe e se concretiza é que foi uma morte planejada, não pelos militares, mais por aqueles que receberam incentivos destes, para ‘desenvolver’ a Amazônia a qualquer custo, tirando famílias de suas terras, espancando, prendendo, matando.

O propósito dos militares em muitos casos foi o de levar seus planos até as últimas consequências, como bem mencionou o General Jarbas Passarinho as vésperas do Ato Institucional nº 5 de 1968, quando proferiu a seguinte frase “às favas com os escrúpulos da nação”. E foi o que de fato aconteceu em todos os sentidos, quando do assassinato de militantes, padres, freiras, advogados, trabalhadores rurais e lideranças sindicais, como foi o caso de Virgílio Serrão Sacramento, pois quando de sua morte tinha onze filhos e não houve ‘escrúpulos’.

Virgílio não foi o único da região Guajarina a ter sua vida interrompida. Benedito Alves Bandeira, líder sindical de Tomé-Açu, também teve o mesmo fim em 04 de julho de 1984, quando foi brutalmente assassinado na porta do STR de

⁴¹ SACRAMENTO, Noemi Diniz. In: <https://www.facebook.com/noemi.sacramento>.



seu município. A história é contada no artigo com o título “Órfãos da ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o “Benezinho”⁴², do livro chamado “Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislação agrária, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos de autoria de Edilza Fontes Davison Rocha. Ali se procura mostrar como ficaram os sete filhos que tiveram que continuar a vida sem o pai, com lembranças dolorosas.

Entre diversos trabalhos que foram escritos sobre Virgílio Serrão Sacramento, destaca-se o artigo que se chama “Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, músicas e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento”⁴³, da obra de Francivaldo Alves Nunes, Márcia Milena Galdez Ferreira e Cristiana Costa da Rocha, que tem como título “O rural entre posses, domínios e conflitos” onde procuro mostrar como este líder sindical foi homenageado depois de seu assassinato, principalmente com as canções escritas e poemas, de amigos e familiares.

Assim, é possível afirmar quanta culpa tiveram os militares nos processos de violação dos direitos humanos na Amazônia, no estado do Pará, região Guajarina e o município de Moju, como foi o caso da vigilância do bispo Dom Ângelo Frosi, dos padres Ângelo Paganelli e Sérgio Tonetto, além da liderança sindical de Virgílio Serrão Sacramento, que de fato foi o único que teve sua vida ceifada. Inclusive o padre Sérgio Tonetto foi transferido de paróquia imediatamente em virtude das ameaças que continuaram em Moju. Dom Ângelo Frosi, que de fato, nunca havia manifestado ser um progressista convicto ou ‘comunista’, continuou os trabalhos a frente da diocese de Abaetetuba voltando-se muito mais para os trabalhos pastorais até seu falecimento no ano de 2004.

Inegável a participação deste bispo na região Guajarina, sobretudo pelo apoio junto aos movimentos sociais nos fins da década de 1970 e início da década

⁴² SACRAMENTO, Elias Diniz. Órfãos da Ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o 'Benezinho'. In: Edilza Joana Oliveira Fontes; Davison Hugo Rocha Alves. (Org.). **Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislações agrárias, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos**. 1ed. Belém: Cabana, 2021, v. 1, p. 63-83.

⁴³ SACRAMENTO, Elias Diniz. Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: Homenagens, música e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento. In: Francivaldo Alves Nunes. (Org.). **O rural entre posses, domínios e conflitos**. 1ed. São Paulo: Livraria da Física, 2022, v. 1, p. 169-189.



de 1980. E mais ainda, dos padres Ângelo Paganelli e principalmente de Sérgio Tonetto, grande apoiador e incentivados da organização da classe trabalhadora do campo. Não à toa, tiveram suas vidas em alguns momentos sob o olhar atento dos militares, a quem de alguma forma, incomodaram. Sobre estas pessoas, como de Virgílio Serrão Sacramento, cabe a responsabilidade de não deixar a história cair no esquecimento.

Imagem 1 - Virgílio discursando



Fonte: Arquivo da família do líder sindical Virgílio

Imagem 2 - Dom Ângelo Frosi de branco à esquerda e padre Sérgio Tonetto a direita



Fonte: Arquivo da família do líder sindical Virgílio



Data de submissão: 26.12.2024

Data de aceite: 27.12.2024

Referências

Fontes primárias

ACE: 109941/78/Arquivo Nacional, SNI. BR_DFABSB_V8-MIC_GNC.AAA.78109941. 14 de março de 1978.

ACE: 1917/82/Arquivo Nacional, SNI.
[BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78109941](#). 14 de março de 1982

ACE Nº 3157/83/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003157. 04 de maio de 1983.

ACE 5039/84/Arquivo Nacional, SNI.
[BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84005039](#). 30 de novembro de 1984.

ACE 3045/83/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003045. 21 de março de 1983.

ACE 5151/85/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005151. 29 de janeiro de 1985

ACE 4980/84/Arquivo Nacional, SNI.
[BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_84004980_d0001de0001](#). **11 de outubro de 1984**

ACE: 5583/85/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_85005583. 07 de outubro de 1985.

ACE:6028/87/Arquivo Nacional, SNI.
BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_87006028_d0001de0001. 24 de março de 1987.

FONTES, Joana Edilza Oliveira. A UFPA e os anos de chumbo. Disponível em
www.multimidia.ufpa.br.

SACRAMENTO, Noemi Diniz. In:
<https://www.facebook.com/noemi.sacramento>.

www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12/11/2019.

Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987: p. 31.



Bibliografia

ANJOS, Anjelina. **Comissão Estadual da Verdade do Pará.** – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, 2022.

BRAGA, Laércio & FONTELES, Pedro. **Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975).** Belém, Cromos: 2011.

COIMBRA, Osvaldo. **Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964.-** Belém: Paka-Tatu, 2003.

FILHO, Paulo Fonteles. **Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: o camponesinato como sujeito político nas décadas de 1950.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. **Revista de Estudios Brasileños**, I Primer Semestre 2016, I Volumen 3 - Número 4.

PINHEIRO DA COSTA, Renato. **Diocese de Abaetetuba: revendo fatos para reconstruir a história” no trabalho acadêmico apresentado no Instituto Teológico do Pará (IPAR).** Monografia de Especialização. Belém, PA: (IPAR), 1998.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: Homenagens, música e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento. In: Francivaldo Alves Nunes. (Org.). **O rural entre posses, domínios e conflitos.** 1ed.São Paulo: Livraria da Física, 2022, v. 1, p. 169-189.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Órfãos da Ditadura: a memória dos familiares de Benedito Alves Bandeira o 'Benezinho'. In: Edilza Joana Oliveira Fontes; Davison Hugo Rocha Alves. (Org.). **Governos Militares na Amazônia: política educacional, conflitos e legislações agrárias, a operação Amazônia, cultura histórica e os direitos humanos.** 1ed.Belém: Cabana, 2021, v. 1, p. 63-83.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. In: Anjelina Anjos; Ismael Machado; Marcelo Zelic; Marco Apolo Santana Leão. (Org.). **Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: Relatório Paulo Fonteles.** 1ed.Belém: IOEPA, 2022, v. I, p. 282-305.



SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**; [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. UFPA, 2012.

